

A. I. N° - 207112.3027/04-7
AUTUADO - JOÃO SANDRO MARTINS RODRIGUES
AUTUANTE - JOSÉ MARIA BARBOSA
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 21.10.04

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0390-03/04

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. AUTOPEÇAS. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Em relação às mercadorias, objeto desta autuação, não há convênio que preveja a retenção do imposto pelo remetente. A legislação vigente no Estado da Bahia determina que se pague o tributo por antecipação no primeiro Posto Fiscal no território baiano, o que não foi feito pelo contribuinte. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 04/05/04, para exigir o ICMS no valor de R\$262,50, acrescido da multa de 60%, em decorrência da falta de recolhimento do imposto em relação a “mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação em virtude de convênio ou protocolo, não tendo sido feita a retenção do imposto pelo remetente (sujeito passivo por substituição) e sem recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária do percurso da mercadoria”.

O autuado apresentou defesa (fls. 18 a 21) alegando que atua no ramo “de manutenção industrial e não de revenda de peças para automóveis ou manutenção de veículos, e a mera aquisição de mercadorias de uma empresa que revende, dentre outras mercadorias, peças para automóveis, não caracteriza que a destinação seja para manutenção em veículos automotores, conforme expõe o auditor”.

Ressalta que, no campo de dados adicionais da própria Nota Fiscal nº 106547, consta que as mercadorias são destinadas à manutenção industrial e não para uso em veículos, e argumenta que o artigo 353, inciso II, item 30, do RICMS/97 não inclui peças para manutenção industrial no regime de substituição tributária.

Por fim, alega que deve ser observada a finalidade da mercadoria, quando existe dúvida, e que não cabe a tipificação indicada porque não houve infração. Protesta pela produção de todas as provas admitidas em direito, inclusive a realização de diligência, e pede a improcedência do lançamento.

A auditora designada para prestar a informação fiscal (fls. 29 e 30), inicialmente ressalta que o presente lançamento foi feito na fiscalização de trânsito porque o autuado adquiriu, em outro Estado, mercadorias relacionadas na Portaria nº 114/04 e não efetuou o pagamento do imposto na primeira repartição fazendária do percurso, localizada no território baiano.

No mérito, afirma que “da leitura dos autos, especialmente do documento de fls. 12, depreende-se que não assiste razão à autuada”, haja vista que o remetente das mercadorias, situado no

Estado de Minas Gerais, tem como atividade única o “comércio atacadista de peças e acessórios para veículos” e o autuado, conforme os documentos de fls. 8 e 13, declarou como atividade o “comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente”.

Salienta que a impugnação é “artifício meramente protelatório”, limitando-se o contribuinte a negar o cometimento da infração, declarando atuar num ramo de atividade diferente daquele informado e cadastrado na Secretaria da Fazenda.

Finalmente opina pela procedência do Auto de Infração, tendo em vista que o autuado adquiriu mercadorias sujeitas à antecipação do imposto na entrada no Estado e não efetuou o correspondente recolhimento do tributo.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir ICMS em decorrência da falta de recolhimento do imposto devido por antecipação tributária na primeira repartição do percurso na Bahia, referente à aquisição de peças para automóveis, por meio da Nota Fiscal nº 106547, provenientes do Estado de Minas Gerais, haja vista que tais mercadorias estão elencadas na Portaria nº 114/04.

Saliento que as peças para automóveis foram incluídas no regime de substituição tributária pela Lei nº 7.014/96, não havendo convênio ou protocolo que preveja a aplicação do referido regime nas operações interestaduais realizadas com aquelas mercadorias. Sendo assim, não poderia ser exigido, do remetente situado em Minas Gerais, que efetuasse a retenção e o recolhimento do ICMS devido, cabendo, portanto, ao destinatário das mercadorias situado neste Estado (no caso, o autuado) a responsabilidade pela antecipação do pagamento do tributo. Como o sujeito passivo não possui regime especial para recolhimento do imposto em data posterior, a legislação vigente determina que a antecipação do ICMS deve ser feita na primeira repartição fazendária localizada no território baiano, o que não foi feito na situação em análise (artigos 371 e 125, inciso II, alínea “b”, do RICMS/97 c/c a Portaria nº 114/04).

Entretanto, o contribuinte alegou que: a) atua no ramo de manutenção industrial e não de revenda de peças para automóveis ou manutenção de veículos; b) no campo de dados adicionais da própria Nota Fiscal nº 106547, consta que as mercadorias são destinadas à manutenção industrial e não para uso em veículos; c) o artigo 353, inciso II, item 30, do RICMS/97 não inclui peças para manutenção industrial no regime de substituição tributária.

Analisando as peças processuais, verifico que, embora conste no documento fiscal que as mercadorias destinam-se à manutenção industrial, tal informação não encontra fundamento na realidade dos fatos, haja vista que, conforme assinalado pela auditora que prestou a informação fiscal, o sujeito passivo está inscrito, na Secretaria da Fazenda, na condição de “comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente” e não de manutenção industrial, e o remetente dos produtos, situado em Minas Gerais, atua exclusivamente no ramo de “comércio atacadista de peças e acessórios para veículos”.

Observo, ainda, que não foi indicada, na Nota Fiscal nº 106547, a classificação fiscal das mercadorias (com o respectivo código da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM-SH), o que permitiria confirmar as alegações defensivas, de que os produtos ali relacionados não estão enquadrados na substituição tributária.

Sendo assim, entendo que está correto o lançamento, tendo em vista que o autuado adquiriu mercadorias sujeitas à antecipação do imposto na entrada no Estado da Bahia e não efetuou o recolhimento do tributo devido.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207112.3027/04-7**, lavrado contra **JOÃO SANDRO MARTINS RODRIGUES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$262,50**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de outubro de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR